

27º CONCURSO PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

PROVA ORAL – PERÍODO: 07 a 10/SET/2005

PONTOS

GRUPO I - DIREITO PENAL

PONTO 1

ESCOLAS DE DIREITO PENAL. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. LEI PENAL E SUA APLICAÇÃO NO TEMPO. FATO TÍPICO: CONDUTA E RESULTADO. CAUSALIDADE NATURAL E IMPUTAÇÃO OBJETIVA. ANTIJURIDICIDADE: LEGÍTIMA DEFESA. IMPUTABILIDADE: MENORIDADE. EXECUÇÃO DAS PENAS. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE E PAZ PÚBLICAS.

PONTO 2

RELAÇÃO ENTRE DIREITO PENAL, CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL. PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE. LEI PENAL: INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO. CONCEITOS DE CRIME. ELEMENTOS DO TIPO E TIPICIDADE. ANTIJURIDICIDADE: ESTADO DE NECESSIDADE. CULPABILIDADE: EMOÇÃO E PAIXÃO; EMBRIAGUEZ. PUNIBILIDADE E CAUSAS DE EXTINÇÃO. CRIMES CONTRA A HONRA. CRIMES RELACIONADOS À PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES (LEI 8.069/90) E DOS IDOSOS (LEI 10.741/03).

PONTO 3

PRINCÍPIOS DA PESSOALIDADE E DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. FONTES DO DIREITO PENAL. SUJEITOS E OBJETOS DO CRIME. DOLO, CULPA E PRETERDOLO. ANTIJURIDICIDADE: EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO E ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. CULPABILIDADE: COAÇÃO IRRESISTÍVEL E OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA. PENAS: APLICAÇÃO CRIMES CONTRA A PESSOA. CRIMES DE TORTURA (LEI 9.455/97).

PONTO 4

BEM JURÍDICO-PENAL. PRINCÍPIOS DA OFENSIVIDADE, DA NECESSIDADE OU INTERVENÇÃO MÍNIMA E DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL. LEI PENAL: APLICAÇÃO NO ESPAÇO. FATO TÍPICO. FASES DO CRIME. EXCESSO NAS CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO. PUNIBILIDADE E CAUSAS DE EXTINÇÃO. FINALIDADES DA PENA. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

PONTO 5

PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO DAS PENAS E DO RESPEITO AO PRESO. LEI PENAL: APLICAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS. FATO TÍPICO. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ. ARREPENDIMENTO POSTERIOR. CRIME IMPOSSÍVEL. CULPABILIDADE: EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. ESPÉCIES DE PENA. CONCURSO DE CRIMES. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. CRIMES MILITARES. CRIMES DE TRÂNSITO.

PONTO 6

PRINCÍPIO DO RESPEITO AO PRESO. ERRO NO DIREITO PENAL. CONCURSO DE PESSOAS. ANTIJURIDICIDADE: CONSENTIMENTO DO OFENDIDO. CULPABILIDADE: CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE. MEDIDAS DE SEGURANÇA. MEDIDAS SOCIEDUCATIVAS. CRIMES CONTRA OS COSTUMES. CRIMES PREVISTOS NAS LEIS 10.826/03 (ARMA DE FOGO) E 6.368/76 (SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES).

GRUPO I - DIREITO PROCESSUAL PENAL

PONTO 1

PRINCÍPIOS REFERENTES AO PROCESSO PENAL. DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. LIBERDADE E PRISÃO PROVISÓRIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFESA TÉCNICA E AUTODEFESA. INQUÉRITO POLICIAL. AÇÃO PENAL. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS. PROVAS. NULIDADES. RECURSOS CRIMINAIS. HABEAS CORPUS. FAVOR REI E SUAS DERIVAÇÕES. VERDADE PROCESSUAL BUSCA E APREENSÃO.

PONTO 2

PRINCÍPIOS REFERENTES AO PROCESSO PENAL. DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. LIBERDADE E PRISÃO PROVISÓRIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFESA TÉCNICA E AUTODEFESA. INQUÉRITO POLICIAL. AÇÃO PENAL. NULIDADES. RECURSOS CRIMINAIS. HABEAS CORPUS. JUIZ. VÍTIMA. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. LIMITES E PODERES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.

PONTO 3

PRINCÍPIOS REFERENTES AO PROCESSO PENAL. DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. LIBERDADE E PRISÃO PROVISÓRIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFESA TÉCNICA E AUTODEFESA. INQUÉRITO POLICIAL. AÇÃO PENAL. PROVAS. SIGILOS BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO. NULIDADES. RECURSOS CRIMINAIS. HABEAS CORPUS. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL. IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL.

PONTO 4

PRINCÍPIOS REFERENTES AO PROCESSO PENAL. DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. LIBERDADE E PRISÃO PROVISÓRIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFESA TÉCNICA E AUTODEFESA. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. INQUÉRITO POLICIAL. AÇÃO PENAL. PROVAS. NULIDADES. RECURSOS CRIMINAIS. HABEAS CORPUS. CITAÇÃO, NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES. TENDÊNCIAS ATUAIS DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

PONTO 5

PRINCÍPIOS REFERENTES AO PROCESSO PENAL. DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. LIBERDADE E PRISÃO PROVISÓRIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFESA TÉCNICA E AUTODEFESA. INQUÉRITO POLICIAL. AÇÃO PENAL. PROVAS. NULIDADES. RECURSOS CRIMINAIS. HABEAS CORPUS. TRIBUNAL DO JÚRI. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. SENTENÇA CRIMINAL E COISA JULGADA. MEIOS PROCESSUAIS E OPERACIONAIS DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E AOS CRIMES DE COLARINHO BRANCO

PONTO 6

PRINCÍPIOS REFERENTES AO PROCESSO PENAL. DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. LIBERDADE E PRISÃO PROVISÓRIAS. GARANTISMO PENAL. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFESA TÉCNICA E AUTODEFESA. O ACUSADO. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. INQUÉRITO POLICIAL. AÇÃO PENAL JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS. PROVAS. NULIDADES. RECURSOS CRIMINAIS. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DAS PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA. GARANTIAS PROCESSUAIS E APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL ATRIBUÍDO A ADOLESCENTE.

GRUPO II - DIREITO CIVIL

PONTO 1

- a) DIREITOS REAIS – PROPRIEDADE – SUPERFÍCIE – SERVIDÕES – USUFRUTO – USO – HABITAÇÃO – DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR DO IMÓVEL – PENHOR – HIPOTECA – ANTICRESE.
- b) DO DIREITO DAS SUCESSÕES – SUCESSÃO EM GERAL – SUCESSÃO LEGÍTIMA – SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA – INVENTÁRIO E PARTILHA

PONTO 2

- a) DIREITO DE FAMÍLIA - CASAMENTO – RELAÇÃO DE PARENTESCO – REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES – USUFRUTO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DOS FILHOS MENORES – ALIMENTOS – BEM DE FAMÍLIA – UNIÃO ESTÁVEL – TUTELA – CURATELA.
- b) RESPONSABILIDADE CIVIL- RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL: RESPONSABILIDADE POR ATO PRÓPRIO – RESPONSABILIDADE POR ATO OU FATO DE TERCEIRO – RESPONSABILIDADE PELO FATO DA COISA – RESPONSABILIDADE PELO FATO OU GUARDA DE ANIMAIS. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL: DECORRENTE DOS TRANSPORTES – ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS – PROFISSIONAIS LIBERAIS.

PONTO 3

- a) DA POSSE - CLASSIFICAÇÃO – AQUISIÇÃO - EFEITOS – PERDA DA POSSE.
- b) CODIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR - RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO – RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO – RESPONSABILIDADE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS – DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – DAS PRÁTICAS COMERCIAIS - PROTEÇÃO CONTRATUAL.

PONTO 4

- a) DIREITO CONTRATUAL - TEORIA GERAL DOS CONTRATOS - CONTRATOS EM ESPÉCIE.
- b) ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI DOS REGISTROS PÚBLICOS

PONTO 5

- a) DIREITO DAS OBRIGAÇÕES : CONCEITO – MODALIDADES – TRANSMISSÃO – ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO – INADIMPLEMENTO.
- b) TÍTULOS DE CRÉDITO. NEGÓCIO JURÍDICO: ESPÉCIES – MANIFESTAÇÃO DA VONTADE – VÍCIOS DA VONTADE – DEFEITOS – INVALIDADE.

PONTO 6

- a) LEI 11.101/2005 QUE REGULA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL, A EXTRAJUDICIAL E A FALÊNCIA DO EMPRESÁRIO E DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA – DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA – FALÊNCIA – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL – DISPOSIÇÕES PENAS .
- b) NEGÓCIO JURÍDICO: ESPÉCIES – MANIFESTAÇÃO DA VONTADE – VÍCIOS DA VONTADE – DEFEITOS – INVALIDADE.

GRUPO II - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PONTO 1

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERGENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.

PONTO 2

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERGENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS. ALIMENTOS, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO, INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

PONTO 3

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERGENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS. CÓDIGO CONSUMIDOR, REGISTROS PÚBLICOS (RETIFICAÇÕES, RESTAURAÇÕES E SUPRIMENTOS, DÚVIDA REGISTRÁRIA). INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.

PONTO 4

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERGENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS. AÇÃO POPULAR. MANDADO DE SEGURANÇA. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.

PONTO 5

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERGENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS. CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER JUDICIÁRIO. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.

PONTO 6

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERGENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS. UNIÃO ESTÁVEL. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.

GRUPO III - DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO 1

- a) CONCEITO, ESTRUTURA E FUNÇÃO DA CONSTITUIÇÃO. NORMAS CONSTITUCIONAIS. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL. PODER CONSTITUINTE E LEGITIMIDADE DA CONSTITUIÇÃO. POSSIBILIDADES E LIMITES DE ALTERAÇÃO CONSTITUCIONAL. ATO JURÍDICO PERFEITO, DIREITO ADQUIRIDO E COISA JULGADA ANTE A PERSPECTIVA DA MODIFICAÇÃO CONSTITUCIONAL. CLÁUSULAS PÉTREAS.
- b) CONSTITUIÇÃO DE 1988. PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA. POLÍTICA CONSTITUCIONAL URBANA E FUNDIÁRIA. DIRETRIZES DO PROGRAMA CONSTITUCIONAL PARA A REALIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL; DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA; DA COMUNICAÇÃO SOCIAL; DO MEIO AMBIENTE. RECURSOS HÍDRICOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DOS ÍNDIOS.

PONTO 2

- a) EVOLUÇÃO DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO. PRINCIPAIS EVENTOS HISTÓRICOS DA REPÚBLICA E AS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. PRESIDENCIALISMO E PARLAMENTARISMO.
- b) PROCESSO LEGISLATIVO. RECEPÇÃO E ADAPTAÇÃO FORMAL DO DIREITO ANTERIOR E DO DIREITO SUPERVENIENTE À CONSTITUIÇÃO. A INCORPORAÇÃO DE NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL AO DIREITO INTERNO. TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS.

PONTO 3

- a) O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO, O PRINCÍPIO REPUBLICANO E O FEDERALISMO BRASILEIRO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL: UNIÃO, ESTADOS FEDERADOS, MUNICÍPIOS E O DISTRITO FEDERAL. INTERVENÇÃO NOS ESTADOS, NOS MUNICÍPIOS E NO DISTRITO FEDERAL. OS PODERES CONSTITUÍDOS – LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO – E RESPECTIVAS FUNÇÕES. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEMAIS INSTITUIÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA E À DEFESA DO ESTADO.
- b) CONSTITUIÇÃO DE 1988. PRINCÍPIOS DA TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR. CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL. A REPARTIÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E O PRINCÍPIO FEDERATIVO.

PONTO 4

- a) TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. LEIS RESTRITIVAS DE DIREITOS. COLISÃO E CONCORRÊNCIA DE DIREITOS. PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IGUALDADE E PROPORCIONALIDADE.
- b) CONTROLE JURISDICIONAL DE CONSTITUCIONALIDADE E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (LEI Nº 9.868/99), ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (LEI Nº 9.882/99), AÇÃO POPULAR, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, *HABEAS DATA*, *HABEAS CORPUS*, MANDADO DE SEGURANÇA, MANDADO DE INJUNÇÃO. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO JUDICIÁRIA.

PONTO 5

- a) CONTROLE JURISDICIONAL DE CONSTITUCIONALIDADE E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (LEI Nº 9.868/99), ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (LEI Nº 9.882/99), AÇÃO POPULAR, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, *HABEAS DATA*, *HABEAS CORPUS*, MANDADO DE SEGURANÇA, MANDADO DE INJUNÇÃO. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO JUDICIÁRIA.
- b) ASPECTOS RELEVANTES DA REFORMA DO JUDICIÁRIO.

PONTO 6

- a) PROCESSO LEGISLATIVO. RECEPÇÃO E ADAPTAÇÃO FORMAL DO DIREITO ANTERIOR E DO DIREITO SUPERVENIENTE À CONSTITUIÇÃO. A INCORPORAÇÃO DE NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL AO DIREITO INTERNO. TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS.
- b) O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO, O PRINCÍPIO REPUBLICANO E O FEDERALISMO BRASILEIRO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL: UNIÃO, ESTADOS FEDERADOS, MUNICÍPIOS E O DISTRITO FEDERAL. INTERVENÇÃO NOS ESTADOS, NOS MUNICÍPIOS E NO DISTRITO FEDERAL. OS PODERES CONSTITUÍDOS – LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO – E RESPECTIVAS FUNÇÕES. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEMAIS INSTITUIÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA E À DEFESA DO ESTADO.

GRUPO III - DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO 1

O DIREITO ADMINISTRATIVO E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CONCEITO; ABRANGÊNCIA E FONTES. CONTEÚDO DO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: CARACTERÍSTICAS; PRINCÍPIOS APLICÁVEIS. PODERES ADMINISTRATIVOS. DESVIO DE PODER. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL DO ESTADO.

PONTO 2

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA. AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS. DESESTATIZAÇÃO. PARCERIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM A INICIATIVA PRIVADA. TERCEIRO SETOR: SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS, FUNDAÇÕES, ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSES PÚBLICO (LEIS 9.608/98; 9.637/98; 9.790/99).

PONTO 3

ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. A LICITAÇÃO E A CONTRATAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: TRATAMENTO CONSTITUCIONAL E PERFIL DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL BÁSICA (LEI Nº 8.666/93). A PRESTAÇÃO CENTRALIZADA E DESCENTRALIZADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. AS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO: REGIME DAS LEIS 8.987/95 E 9.074/95. PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO.

PONTO 4

PATRIMÔNIO PÚBLICO: BENS MATERIAIS E IMATERIAIS QUE O COMPÕEM; MEIOS DE PROTEÇÃO; AS ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA SUA DEFESA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

PONTO 5

POLÍTICA URBANA E RURAL. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E RURAL (LEI Nº 6.766/79 E DECRETO-LEI Nº 58/37). ESTATUTO DA CIDADE (LEI Nº 10.257/01 E MP Nº 2.220/01). PLANO DIRETOR. LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS À PROPRIEDADE PRIVADA.

PONTO 6

POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE (LEI Nº 6.938/81). POLÍTICA DISTRITAL DO MEIO AMBIENTE (LEI DISTRITAL 41/89). SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (LEI 9985/00). PODER DE POLÍCIA: AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL, LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL.